



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
COORDENAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO
EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ELIAN DE PAULA ARAÚJO
ELIZABETE DE MENEZES FARIAS GONÇALVES
ELZELINA DA SILVA CARDOSO DE SOUZA

POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP

MS. Prof. Erick Franck Nogueira da Paixão

Macapá-AP
2017

POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP

Elian de Paula Araújo¹
Elizabete de Menezes Farias Gonçalves²
Elzelina da Silva Cardoso de Souza³

RESUMO

Este artigo visa avaliar as principais potencialidades e fragilidades dos programas de assistência estudantil da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), considerando os desafios impostos pela recente política de redução orçamentária, destinada às Instituições Federais de Ensino Superior. A presente pesquisa é qualificada como bibliográfica e documental, a partir da análise de diversos autores, dentre eles Romanelli, Brasil, Nascimento e Tinto que servem de referencial teórico para elucidar os conteúdos relacionados à temática deste trabalho no que se refere à redemocratização do acesso ao ensino superior, os programas de assistência estudantil que contribuíram para minimizar a evasão nas IFES. No que tange à pesquisa documental, esta foi realizada a partir da análise de documentos disponibilizados no sítio da UNIFAP como relatórios de gestão, PDI, CENSO, a fim de avaliar as políticas de assistência estudantil no âmbito da UNIFAP, principalmente no que se refere à continuidade das políticas públicas voltadas para a reestruturação e expansão das Universidades Federais, através do programa REUNI, e da Assistência Estudantil, por intermédio do PNAES. Verificou-se, ao final da pesquisa, a necessidade de readequação dos recursos destinados à Assistência Estudantil, no âmbito da UNIFAP, com o intuito de maior abrangência, além da implantação de uma gestão descentralizada com a participação de todos os envolvidos no processo, bem como a realização de estudos científicos mais aprofundados voltados para a viabilização de programas sustentáveis de Assistência Estudantil, uma vez que as verbas destinadas para esses programas dependem de recursos provenientes da União.

Palavras-Chave: REUNI. PNAES. Evasão no Ensino Superior. Assistência Estudantil.

¹ Elian de Paula Araújo, graduanda do curso de Administração Pública-UNIFAP

² Elizabete de Menezes Farias Gonçalves, Secretária Executiva, Especialista em Gestão Pública.
email: betefarias.ap@gmail.com.

³ Elzelina da Silva Cardoso de Souza. Licenciada Plena em História, 2008. Especialista em Docência do Ensino Superior. email: elzesouza@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este artigo visou avaliar as principais potencialidades e fragilidades dos programas de assistência estudantil da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), considerando os desafios impostos pela recente política de redução orçamentária destinada às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

A presente pesquisa foi qualificada como bibliográfica e documental, feita a partir da análise de diversos autores que tratam de conteúdos relacionados à temática deste trabalho, relativos à redemocratização do acesso ao ensino superior, aos programas de assistência estudantil e a evasão nas IFES. No que tange à pesquisa documental, esta foi realizada a partir de documentos disponibilizados no sítio da UNIFAP, como relatórios de gestão, PDI, Censo, a fim de avaliar as políticas de assistência estudantil no âmbito da UNIFAP, principalmente no que se refere à continuidade das políticas públicas voltadas para a reestruturação e expansão das Universidades Federais, através do programa REUNI, e da Assistência Estudantil, por intermédio do PNAES.

O processo de redemocratização da educação no Brasil e as contínuas transformações promovidas por este fenômeno no âmbito das instituições de ensino superior demonstraram que o Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto Presidencial 6.096, de 24 de abril de 2007, surgiu como uma importante política no âmbito educacional, promovendo avanços importantes na democratização do acesso ao ensino superior.

Com intuito de implementar essas ações foi implantado em 12 de Dezembro de 2008 O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pela Portaria Normativa/MEC nº 39/2007, tendo sido regulamentado pelo Decreto nº 7.234/2010, sendo uma das ações oriundas do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, tendo como objetivo atender aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial, das IFES, visando promover o apoio à permanência e inclusão dos alunos de baixa condição socioeconômica. Dessa forma, as ações de assistência estudantil sugeridas pelo PNAES devem ter como prioridade fundamental viabilizar a igualdade de oportunidades e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, além de agir, preventivamente, para minimizar as situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições sociais e financeiras.

Todavia, a ampliação da oferta de vagas de ingresso em cursos de graduação decorrida desses programas, compeliu as instituições de ensino superior ao remodelamento de seus planos, projetos e programas, exigindo compatibilidade destes com as demandas estabelecidas pela evolução do fenômeno supracitado. Nesse sentido, observou-se que as diversas mudanças ocorridas no âmbito da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, principalmente a partir da adesão da referida instituição ao REUNI e PNAES indicou que a ampliação no número de cursos, a implantação de novos campi e a reestruturação das unidades já existentes no Estado do Amapá, submeteram a referida instituição às dinâmicas resultantes da consolidação dos programas mencionados, bem como às problemáticas e desafios dele resultantes.

Verificou-se que a dinâmica de expansão institucional demandou a existência de meios adequados que garantissem seu bom funcionamento para uma oferta de serviços públicos educacionais de qualidade. Cita-se como exemplo, a necessidade de infraestrutura adequada, o aumento no quantitativo de recursos humanos qualificados em suas respectivas funções, bem como a ampliação na oferta de benefícios de assistência estudantil, frente ao aumento na demanda estudantil.

Desse modo, este artigo apresenta quatro capítulos, sendo que o primeiro discorre sobre a redemocratização do acesso ao ensino superior; o segundo trata sobre os programas de assistência estudantil nas IFES, o terceiro discorre sobre a evasão nas instituições de ensino superior e o quarto trata sobre a política de assistência estudantil na UNIFAP.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Redemocratização do acesso ao ensino superior

A educação é considerada um dos meios de se promover o desenvolvimento de um país. É o que se verifica nas diversas literaturas sobre o assunto. Contudo, para Cislighi (2010) o acesso à educação, em especial à educação superior no Brasil, desde o seu início, foi restrito a um pequeno grupo de privilegiados, a elite da sociedade. (CISLAGHI 2010).

Essa realidade começa a mudar a partir da década de 30, por pressões exercidas pelo capitalismo, na exigência de trabalhadores mais capacitados para exercer suas funções. Nesse sentido, Cislighi (2010) aponta que a expansão educacional se dá mais como resposta às pressões exercidas pelo capital, do que como uma política nacional planejada. Por essas razões, Romanelli (2009) assinala que a expansão do ensino no Brasil foi insatisfatória tanto quantitativa quanto qualitativamente. Mantém-se o mesmo modelo de escola de traços aristocráticos e a divisão dual entre o ensino para a elite e os trabalhadores também não é superada, conservando uma educação superior insuficiente. (ROMANELLI, 2009).

Na década de 1950 foram criadas as primeiras instituições de fomento à pesquisa e apoio à formação de pessoal de nível superior: a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), criada em 1951 com o intuito de aprimorar o quadro docente do nível superior e o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), também criado em 1951 para coordenar e planejar o desenvolvimento das atividades de ciência e tecnologia no país. (NEVES e PRONKO, 2008).

No período do regime militar ocorreu a reforma universitária, respondendo às pressões da ampliação da demanda tanto pela classe média quanto pelo sistema econômico que necessitava de recursos humanos. Essa expansão, embora grande, não respondia a toda a necessidade de vagas, pois era limitada pela política econômica adotada. Romanelli (2009) aponta que a expansão depende de certas condições internas, já que a seletividade fornecida pela restrição de vagas pode ser útil na manutenção do *status quo* ou na permanência de uma força de trabalho de baixo nível. Até a década de 1950, antes da penetração maciça de multinacionais, as necessidades de treinamento de força de trabalho podiam ser supridas por instituições do Sistema “S” como por exemplo o Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC) e Serviço Social da Indústria (SESI).

A reforma universitária, como tentativa de modernização conservadora no regime militar, estava imbuída da mentalidade empresarial, porém de cunho ideológico, relacionando intrinsecamente medidas repressivas e técnicas nas mudanças. Segundo Romanelli (2009), desenvolvimentismo, eficiência e produtividade de um lado; controle e repressão, do outro. Ambos, portanto, interdependentes: a mentalidade empresarial dando conteúdo ao desenvolvimento e a utilização da força garantindo a implantação do modelo (ROMANELLI, 2009).

Na década de 1980, o Brasil vive a transição da autocracia burguesa, materializada no regime militar, para a democracia liberal. Em 1988 é aprovada a nova Constituição onde afirma que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família com o apoio da sociedade. Afirma a gratuidade da educação em instituições públicas, a autonomia universitária e possibilita a educação em instituições privadas desde que observadas a regulamentação nacional do ensino e a aprovação e avaliação da qualidade pelo Estado.

Na década de 1990, o debate da reforma universitária retorna com mais veemência, no bojo da Reforma do Estado. Em 2007, foi lançado Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), um conjunto de programas, REUNI e PNAES, instituídos por decretos, resoluções e portarias apresentado como um “plano executivo” para atingir as metas determinadas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e colocar em prática questões preconizadas desde a Constituição de 1988 (MEC, 2007).

2.2 Os programas de assistência estudantil (AE) nas Instituições Federais de Ensino Superior

A partir da década de 1960, houve um maior amadurecimento da temática da AE no âmbito da sociedade civil à medida que ganhava forças os movimentos em prol da Reforma Universitária, por direitos conquistados pelos estudantes, intelectuais e comunidade acadêmica responsável por liderar reivindicações em torno da democratização da universidade e da sociedade de maneira geral. Nesse contexto, a União Nacional dos Estudantes (UNE), desempenhou um papel fundamental nas reformas universitárias. Desde então essas lutas culminaram numa visão humanizada de apoio a AE.

O início das mobilizações da sociedade pela reconstrução da democracia no Brasil, na década de 1980, deu uma nova configuração para a questão da assistência estudantil. A busca pela redução das desigualdades socioeconômicas dentro das instituições federais de

ensino superior, através do processo de democratização das universidades, faz surgir, em 1987, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE numa conjuntura em que já se vislumbravam alterações na realidade social e política do país (MAGALHÃES, 2013).

O FONAPRACE defendia, desde a sua criação, a maior incorporação de estudantes de grupos populares nas universidades federais ressaltando, no entanto, a necessidade da existência de condições concretas para a permanência desse segmento de estudantes. Esse período foi importante, pois contribuiu para a construção do Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES que deu subsídios para as legislações que se seguiram. Este Plano tem como finalidade promover a permanência no ensino superior dos estudantes inseridos em cursos de graduação presencial, com o objetivo de democratizar a permanência neste nível de ensino, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (MAGALHÃES, 2013).

Nesse contexto, observou-se que as ações implementadas pela UNIFAP, de apoio à AE, encontram-se num processo de amadurecimento em relação à gestão dos recursos provindos do PNAES. Isso requer uma atenção especial no sentido de planejamento estratégico no que se refere à gestão desses recursos que deveriam ser programados e contemplados a todos os campi e não em parte destes, conforme dados do Relatório de Gestão 2014. Identificou-se que em todos os relatórios de gestão da UNIFAP as ações voltadas para a AE são tidas como não prioritárias. Diante dessas informações, faz-se necessário refletir o que seria prioridade na gestão. Desse modo, verificou-se a necessidade de avaliação no gerenciamento de recursos destinados à AE por parte da UNIFAP/PROEAC, de forma a garantir um atendimento mais abrangente, uma gestão mais descentralizada com a participação dos atores envolvidos com essa política, dentre os quais se destacam os estudantes, os gestores e os colaboradores envolvidos, de forma a contribuir quanto à operacionalização e implementação dessa política dentro da Instituição.

As diversas normas da administração pública voltadas para a assistência Estudantil foram regulamentadas por lei como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-SINAES, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Plano Nacional de Assistência Estudantil-PNAES. Essas normas legais e políticas educacionais do ensino superior levaram à reflexão e à revisão das práticas institucionais, cabendo às IFES

assumirem a assistência estudantil como direito e espaço prático de cidadania e de dignidade humana, buscando ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social com seus próprios integrantes, o que irá ter efeito educativo e científico, conseqüentemente, multiplicador.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil, como parte do processo educativo, deverá articular-se ao ensino, à pesquisa e à extensão. Para Peixoto (2011), permear essas três dimensões do fazer acadêmico significa viabilizar o caráter transformador da relação universidade e sociedade. Inserir-na na práxis acadêmica é entendê-la como direito social e não uma ajuda do Estado. Isso é romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado, uma vez que a Assistência Estudantil minimiza as desigualdades sociais.

Para Nascimento (2013), o principal desafio da política de Assistência Estudantil na atualidade é a ampliação dos recursos orçamentários em correspondência com essas políticas expansionistas do Governo Federal que são bastante insuficientes para atender a crescente demanda decorrente dos programas voltados para expansão e democratização do Ensino Superior Federal. Nesse sentido, verificou-se a necessidade de estudos no âmbito da UNIFAP de forma a viabilizar recursos para a AE, buscando parcerias com empresas privadas na área de meio ambiente, mineração, agroindústria, aproveitando as potencialidades econômicas da região amazônica, principalmente com a regulamentação dos incentivos fiscais da Zona Franca Verde, que irá atrair novos investimentos para o Estado do Amapá. Importante destacar neste contexto as potencialidades dos cursos de graduação e os profissionais qualificados da UNIFAP, uma vez que esta propiciará recursos humanos de excelência, como por exemplo, na área de fármacos, o que atrairia interesses da indústria de produtos de origem vegetal na obtenção de um potencial selo de qualidade criado pelos próprios alunos, com a orientação dos docentes dessa área.

2.3 A evasão nas instituições de ensino superior

Sabe-se que a evasão estudantil é uma realidade que afeta o resultado final de desempenho nos sistemas educacionais. As perdas de estudantes que iniciam e não finalizam seus cursos tem diversas conseqüências tais como, impactos sociais, acadêmicos e econômicos. Tontini e Walter (2014) apontam que os reflexos negativos da evasão nas Instituições de Ensino Superior estão presentes na ociosidade de vagas que deixam de ser

preenchidas, no desuso das estruturas físicas e equipamentos, ociosidade dos professores e funcionários, ocasionando muitas vezes redução do quadro funcional.

Baggi e Lopes (2011) consideram que a evasão tem múltiplas razões, dependendo do contexto social, cultural, político e econômico em que a instituição está inserida. Pode estar relacionada, por exemplo, a baixa qualidade de ensino oferecido pela instituição, provocando a perda definitiva do aluno. Através do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) foi realizado o primeiro Seminário sobre evasão nas universidades públicas brasileiras, após este evento o MEC instituiu a Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão, na busca de propostas para a diminuição dos índices de evasão (BAGGI e LOPES, 2011). Outro fator que pode contribuir para a evasão estudantil é a distância geográfica entre a moradia do estudante e a IES. Cislighi (2010) aponta que as despesas extras como moradia e alimentação, associado às dificuldades financeiras podem ser vistas como um complicador que, aliado a outros fatores, como baixo desempenho acadêmico, aumenta consideravelmente as chances de evasão estudantil.

Nesse contexto, e com base nos dados dos relatórios de gestão da PROEAC/UNIFAP verificou-se que o auxílio moradia destinado a estudantes oriundos de outros estados e/ou município consiste em um apoio financeiro mensal para atender no auxílio das despesas com aluguel. No entanto, os valores destinados para esse fim não são compatíveis com a realidade imobiliária dos Municípios, uma vez que o Município de Oiapoque tem um alto custo quando se trata de aluguéis de imóveis.

No que tange ao auxílio transporte, a UNIFAP proporciona ao estudante um auxílio financeiro para a viabilização do transporte necessário para sua frequência nas aulas de graduação. Nos *campi* Marco Zero e Santana, os valores são pagos através de créditos (2 ou 4 por dia letivo) na carteira de estudantes de meia passagem no valor de R\$ 2,10 (Macapá) ou R\$ 2,35 (Santana) e, no valor de 12,00/dia letivo através de depósito em conta corrente para estudantes que residem em outros municípios (Mazagão). No *campus* Binacional – Oiapoque, os estudantes recebem o valor de R\$ 8,00/dia letivo através de depósito em conta corrente. No entanto, devido o transporte público não ser de qualidade o acadêmico tende a buscar outros meios de locomoção, fato este que onera o custo da passagem, uma vez que o repasse desses recursos não atendem as peculiaridades regionais entre os Municípios, como por exemplo, o Município de Oiapoque que tem uma realidade inflacionária bem diferente da capital.

Características ligadas à condição sociocultural dos estudantes como o baixo capital econômico e cultural das famílias também podem ser fatores predominantes nos casos de

evasão. É o constatado no modelo de Tinto (1997) em que os compromissos externos, como a necessidade de trabalhar, são vistos como fatores que exercem influência na decisão do estudante de evadir-se ou permanecer. Neste contexto, a UNIFAP, através do Programa Bolsa Trabalho Universitária, proporciona aos acadêmicos hipossuficientes economicamente a oportunidade de aprendizagem em diversos tipos de atividades nas unidades administrativas e acadêmicas da Instituição, durante 20 (vinte) horas semanais, mediante auxílio financeiro. O quantitativo de alunos contemplados em 2015 totalizou 1.459 e 1.887 em 2016, conforme dados do Relatório de Gestão/PROEAC. É de fundamental importância a ampliação desse programa, uma vez que ele não é compatível com o número de acadêmicos matriculados em todos os Campi da UNIFAP, sabendo-se que esse auxílio é uma forma de inclusão social, financeira e experiência profissional desse acadêmico.

Dessa forma, os alunos graduandos participantes do programa de assistência estudantil, envolvidos em pesquisa e em estágio tem maiores oportunidades de se demonstrarem mais comprometidos em finalizar seus estudos. Observa-se que são alunos informados acerca dos seus direitos, normas e procedimentos dentro da instituição. É o que aponta as pesquisas realizadas por Cunha, et al. (2001), manter o aluno informado por parte da instituição é uma forma de promover a integração do discente com a instituição e, conseqüentemente, promover a permanência do mesmo.

Outra visão que também merece ser abordada diz respeito ao compromisso do discente com a instituição e com o objetivo da mesma, uma vez que este aluno é participante do programa. É o que aponta Tinto (1975), que o sentimento de gratidão por parte do estudante em relação à instituição pode aumentar o compromisso do indivíduo com a instituição, que por sua vez contribui para decisão sobre sua permanência (TINTO, 1975). O envolvimento do discente com pesquisa tem como consequência o aumento da interação entre o estudante, seus pares e docentes (TINTO, 1975). Para este autor é razoável acreditar que um aluno selecionado para receber uma bolsa de pesquisa apresenta um bom desempenho acadêmico; então, o aluno se depara com o que chama de recompensa explícita e recompensa intrínseca, numa situação em que o estudante percebe que participar da condução de uma pesquisa reflete um reconhecimento pelo seu bom desempenho acadêmico e a capacidade de aplicar os conhecimentos teóricos obtidos na sala de aula refletindo em um crescimento intelectual percebido.

Tinto (1975) ainda afirma que tanto essas recompensas quanto o aumento da integração acadêmica são fatores que elevam a chance de permanência do estudante. Os

resultados encontrados no presente estudo, além de concordarem com a Teoria de Integração de Estudantes, são corroborados por vários estudos como a de Santos, et al (2001) que apontam a ausência de interação como um fator de risco para evasão. Em sua teoria, Tinto (1975, 1997) afirma que o desempenho acadêmico é um fator fundamental na decisão de permanecer do aluno. O autor salienta que os resultados educacionais estão relacionados a vários outros fatores, como escolaridade anterior, compromisso com a instituição e objetivos, e por isso o desempenho acadêmico é visto como uma recompensa explícita que retroalimenta a motivação do estudante para continuar tendo bom desempenho e obter mais recompensas, influenciando diretamente a decisão sobre o estudante – permanecer ou evadir.

Conforme dados obtidos no censo da UNIFAP, no período 2010-2015, pôde-se verificar que houve aumento de alunos que se matricularam e que também concluíram, graças ao incentivo dos programas de Assistência Estudantil. Isso comprova que se os recursos contemplassem a todos, diminuiria significativamente a taxa da evasão e aumentaria a de concluintes. O indicador Taxa de Sucesso na Graduação (TSG), com sua série histórica demonstrada na figura a seguir, demonstrou que a organização e o desempenho da Instituição mensuram o quantitativo de alunos formados em tempo regular baseado na duração padrão de cada curso. Também informa uma medida do grau de evasão (forma inversa) dos alunos que ingressaram na Instituição. No ano de 2015, esse indicador possuiu o maior valor da série (69 %), mostrando que a Instituição progrediu na sua capacidade de formação dos alunos no período da duração-padrão dos cursos de graduação.

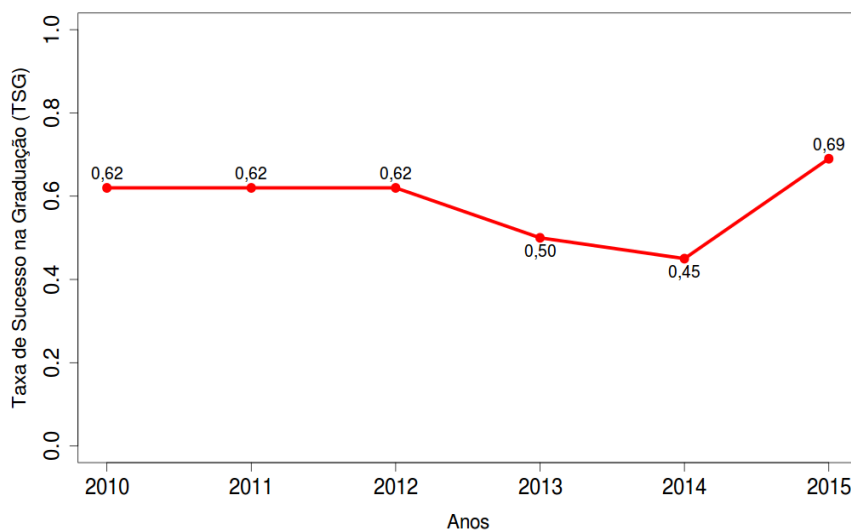


Gráfico – Série histórica do indicador Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) na UNIFAP no período compreendido entre os anos de 2010 a 2015. Fonte: DIEIS/UNIFAP (2016).

2.4 A política de assistência estudantil na Universidade Federal do Amapá

No que tange aos benefícios de Assistência Estudantil, a UNIFAP, através da Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias (PROEAC), desenvolve o programa de assistência estudantil Pró-estudante UNIFAP, que sistematiza os auxílios estudantis oriundos do PNAES. Este programa atende acadêmicos regularmente matriculados em cursos de graduação presencial, prioritariamente oriundos da rede pública de educação básica e/ou com renda familiar per capita de até 1 (um) salário mínimo e meio. (PDI-2015-2019).

A PROEAC, para manter e desenvolver as atividades de extensão e os serviços da Assistência Estudantil, recebe recursos financeiros oriundos de programas governamentais, editais de fomento externo, recursos próprios da UNIFAP e emendas parlamentares. As ações extensionistas, no ano de 2015, foram executadas com recursos da Ação 20 GK (graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão) e por meio de emendas parlamentares. Os recursos destas emendas, por exemplo, foram destinados ao fomento dos projetos de Extensão Universitária da Maturidade (UMAP), Universidade da Mulher (UNIMULHER), Para-Olímpicos e Libras. Os auxílios e serviços da Assistência Estudantil foram mantidos com recursos do PNAES, Bolsa Permanência do MEC e recursos específicos para o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI).

O Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis (DACE), vinculado à PROEAC, tem como objetivo atender os diversos aspectos relativos à política de assistência aos estudantes da UNIFAP. Esta diretoria vem atuando no desenvolvimento de programas que visam garantir a permanência, o bem-estar, a melhoria do desempenho acadêmico e o êxito na conclusão da graduação. Vale ressaltar que fica a critério das Instituições Federais de Ensino Superior implementarem e viabilizarem os recursos do PNAES. Dessa forma, a PROEAC, em seus relatórios de gestão, disponibilizou os dados relativos à assistência estudantil, os quais estão demonstrados no capítulo seguinte, referente a pesquisa de campo e análise.

Informações contidas no sítio da PROEAC/UNIFAP demonstraram que a execução dos programas e projetos das políticas afirmativas dão-se por meio de editais, de forma que a concessão de bolsas e auxílios da assistência estudantil são feitos através da participação em processo de análise e seleção que definirão o perfil socioeconômico do estudante, tomando por base o nível de vulnerabilidade socioeconômica. As ações de assistência do Pró-estudante UNIFAP são desenvolvidas por meio das seguintes bolsas e auxílios:

- Bolsa Permanência: apoio financeiro mensal a estudantes classificados como em alto nível de vulnerabilidade socioeconômico. O valor mensal da bolsa é de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), sendo que para o acadêmico do *campus* Binacional do Oiapoque o valor é de R\$ 300,00 (trezentos reais).

- Auxílio Moradia: assistência estudantil destinado a estudantes oriundos de outros estados e/ou município. Consiste em um apoio financeiro mensal para atender no auxílio das despesas com aluguel. Valor mensal da bolsa: R\$ 200,00 (duzentos reais); R\$ 300,00 (trezentos reais) / mês para o aluno do *campus* Oiapoque.

- Auxílio Alimentação: proporciona ao estudante três refeições diárias no Restaurante Universitário (RU) a cada dia letivo, segundo o calendário acadêmico da Instituição, excluindo-se os sábados. Bolsa do acadêmico isento: 370,00 (trezentos e setenta reais) mensais; bolsa parcial: R\$ 290,00 (duzentos e noventa reais), ambos revertidas em refeições no restaurante.

- Auxílio Transporte: proporciona ao estudante um auxílio financeiro para a viabilização do transporte necessário para sua frequência nas aulas de graduação. Nos *campi* Marco Zero e Santana, os valores são pagos através de créditos (2 ou 4 por dia letivo) na carteira de estudantes de meia passagem no valor de R\$ 2,10 (Macapá) ou R\$ 2,35 (Santana) e, no valor de 12,00/dia letivo através de depósito em conta correntes para estudantes que residem em outros municípios (Mazagão). No *campus* Binacional – Oiapoque, os estudantes recebem o valor de R\$ 8,00/dia letivo através de depósito em conta corrente.

- Auxílio Fotocópia: crédito ao estudante de 1.300 fotocópias para uso acadêmico por ano letivo. Valor da bolsa: R\$ 90,00 (noventa reais) mensais.

Além do Pró-estudante, a UNIFAP possui também o Programa Bolsa Trabalho Universitária, que visa proporcionar aos acadêmicos hipossuficientes economicamente a oportunidade de aprendizagem em diversos tipos de atividades nas unidades administrativas e acadêmicas da Instituição, durante 20 (vinte) horas semanais, mediante auxílio financeiro. A UNIFAP dispõe ainda de um núcleo de atendimento aos acadêmicos que necessitam de algum tipo de atendimento especial, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI).

A Monitoria também faz parte do atendimento ao discente e é uma atividade prevista por resolução, em que o acadêmico, por meio de seleção, exerce auxílio aos professores no desempenho de atividades de ensino, pesquisa e extensão, seguindo rigorosamente a orientação dos mesmos. Ela é entendida como instrumento para a melhoria do ensino, através

do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas e científicas que visem fortalecer a articulação entre teoria e prática.

A iniciação científica na UNIFAP é viabilizada por meio das seguintes modalidades: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para a Graduação (PIBIC/CNPq) e Ensino Médio (PIBIC-EM/CNPq), Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC/UNIFAP) e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI/CNPq -UNIFAP).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo desta pesquisa foi refletir sobre a importância das políticas de assistência estudantil desenvolvidas pela Universidade Federal do Amapá, no intuito de fomentar discussões sobre suas potencialidades e fragilidades.

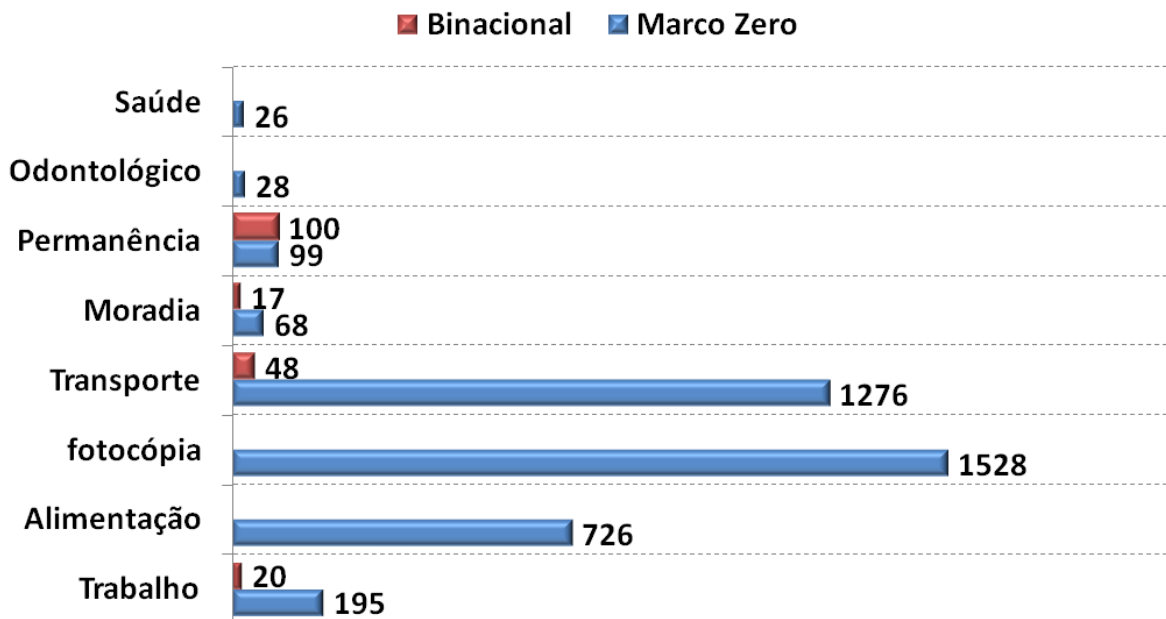
No que tange a abordagem do problema, a pesquisa caracterizou-se como um estudo de caso qualitativo. Segundo Godoy (1995) a pesquisa qualitativa não tem o foco na enumeração ou medição de eventos estudados e parte de questões de interesses amplos, que vão se definindo na medida em que o estudo se desenvolve. Este mesmo autor afirma ainda que o estudo de caso é caracterizado pela busca à resposta de perguntas do tipo ‘como’ e por que’ de casos onde o pesquisador tem pouco ou nenhum controle sobre os fatos ocorridos, além de terem foco em fenômenos contemporâneos.

O presente artigo é qualificado como pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica, pois foi realizada pesquisa em obras de diversos autores que tratam da temática abordada, de forma a conhecer mais sobre o assunto pesquisado. Documental, pois foi feita coleta de dados por meio de pesquisa em Relatórios de Gestão da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP nos exercícios de 2014 a 2016. De acordo com Gil (2008), a pesquisa documental guarda estreita semelhanças com a pesquisa bibliográfica. A principal diferença entre as duas é a natureza das fontes: na pesquisa bibliográfica os assuntos abordados recebem contribuições de diversos autores; na pesquisa documental, os materiais utilizados geralmente não receberam ainda um tratamento analítico (por exemplo, documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e privados: cartas pessoais, fotografias, filmes, gravações, diários, memorandos, ofícios, atas de reunião, boletins, etc.).

A produção científica foi coletada de obras, artigos e trabalhos publicados em sites especializados, assim como por meio da análise dos Relatórios de Gestão da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP nos exercícios de 2014 à 2016, a fim de proporcionar visão geral acerca do assunto estudado.

4 PESQUISA DE CAMPO E ANÁLISE

A partir dos dados coletados referente à política de assistência estudantil desenvolvida na UNIFAP, através dos relatórios de Gestão 2014 à 2016, apontou que em 2014 foram registrados 86 projetos de extensão e, ainda, foram executadas ações de assistência estudantil. Esta ação previa atender 22.500 beneficiários, no entanto foram concedidos somente 9.806, conforme gráfico.



Fonte: PROEAC

O orçamento destinado para o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e o Projeto Incluir, totalizou o valor de R\$ 4.792.202,05 (quatro milhões, setecentos e noventa e dois mil, duzentos e dois reais e cinco centavos). Sendo que o crédito orçamentário destinado a atender o PNAES totalizou o valor de R\$ 4.717.611,00. Foi liquidado e pago o valor de R\$ 3.105.528,31 (três milhões, cento e cinco mil, quinhentos e vinte e oito reais e trinta e um centavos).

No ano de 2015 foram concedidos 3.202 auxílios para os acadêmicos devidamente matriculados nos *campi* da universidade, conforme dados do relatório de gestão da PROEAC. O orçamento destinado para o PNAES e o Projeto Incluir, totalizou o valor de R\$ 5.091.351,00 (cinco milhões noventa e um mil, trezentos e cinquenta e um reais). Somente para o PNAES foram destinados R\$ 5.018.364,00 (cinco milhões, dezoito mil trezentos e sessenta e quatro reais). No entanto, foram pagos somente o valor de R\$ 1.638.820,76 (um milhão, seiscentos e trinta e oito mil e oitocentos e vinte reais e setenta e seis centavos). Foram inscritos em restos a pagar processados o valor de R\$ 47.456,00 (quarenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais).

O ano de 2016 foi marcado por limitações financeiras por parte do Governo Federal, que impôs às Universidades Federais reduzir o volume de recursos em diversas áreas. Na PROEAC, este impacto foi mais sensível na Extensão Universitária, considerando que os recursos do PNAES foram mantidos. Neste ano a PROEAC passou a utilizar indicadores para avaliar cada área de atuação da Pró-Reitoria. Para a seleção dos discentes foi realizado a pesquisa “perfil discente/2016” através de questionário eletrônico obrigatório que traça o perfil dos alunos interessados em adquirir auxílios. Essa metodologia utilizada foi baseada no questionário aplicado pelo FONAPRACE, nas pesquisas nacionais.

Foram concedidos 3.350 auxílios aos alunos dos campi da UNIFAP. O orçamento destinado para a Assistência estudantil totalizou o valor de R\$ 5.632.203,00 (cinco milhões, seiscentos e trinta e dois mil duzentos e três reais) e pago o valor de R\$ 2.166.979,11 (dois milhões, cento e sessenta e seis mil, novecentos e setenta e nove reais e onze centavos). Foram inscritos em restos a pagar processados o montante de R\$ 211.814,70 (duzentos e onze mil, oitocentos e catorze reais e setenta centavos).

A seguir estão demonstrados os valores acima expostos, a fim de se ter uma visão geral das verbas destinadas aos auxílios estudantis da UNIFAP:

ANO	2014	2015	2016
PNAES+PROJETO INCLUIR	4.792.202,05	5.091.351,00	5.632.203,00
PNAES	4.717.611,00	5.018.364,00	-
PAGO	3.105.528,31	1.638.820,76	2.166.979,11
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	-	47.456,00	R\$ 211.814,70
AUXÍLIOS CONCEDIDOS	4.131	3.202	3.350

Fontes: Relatórios de Gestão/UNIFAP- 2014/2015/2016. Quadro elaborado pelas autoras.

Não ficou claro nos relatórios de gestão o motivo da diminuição dos valores destinados em 2014, 2015 e 2016. Porém, observa-se que a cada ano de exercício orçamentário fica sempre o valor de restos a pagar processados de anos anteriores. Talvez por esse motivo a ocorrência da diminuição nesses valores.

No quadro a seguir estão demonstrados o total de auxílios atendidos com recursos do PNAES:

TOTAL DE AUXÍLIOS ATENDIDOS COM RECURSOS DO PNAES			
ANO	2014	2015	2016
CAMPUS MARCO ZERO	3.946	2962	3019
CAMPUS MAZAGÃO	-	75	70
CAMPUS OIAPOQUE	185	165	207
CAMPUS SANTANA	-	-	54
TOTAL	4.131	3202	3350

Fontes: Relatório de Gestão/UNIFAP/2014 e Relatório de Gestão/PROEAC/2016. Quadro elaborado pelas autoras.

Observou-se que o valor total dos auxílios destinados por campus teve um valor mais significativo em 2014, no entanto, os Campi de Mazagão e Santana não foram contemplados. No que se refere ao ano de 2015 somente o campus de Santana não foi contemplado e 2016 todos foram contemplados. Não ficou claro no relatório de gestão o motivo da diminuição dos valores destinados em 2015 e 2016. Porém, observou-se que a cada ano de exercício orçamentário fica sempre o valor de restos a pagar processados de anos anteriores. Talvez por esse motivo a ocorrência da diminuição nesses valores.

O quadro a seguir demonstra o quantitativo de valores repassados por auxílio, nos anos de 2014 à 2016. Esses recursos são provenientes do PNAES.

DEMONSTRATIVO AUXÍLIO FINANCEIRO AO ESTUDANTE COM RECURSOS DO PNAES			
AUXÍLIO	EXECUTADO (R\$) 2014	EXECUTADO (R\$) 2015	EXECUTADO (R\$) 2016
Auxílio alimentação	700.000,00	533.528,70	2.018.021,20
Auxílio permanência	-	743.250,00	658.500,00
Auxílio moradia	-	161.400,00	167.900,00
Auxílio odontológico	-	4.025,00	1.991,00
Auxílio saúde	-	11.491,00	7.768,00
Auxílio transporte	580.000,00	315.446,40	438.475,33
Auxílio Atleta	-	-	25.400,00
Auxílio Mobilidade	-	39.600,00	64.800,00
Auxílio Emergencial	-	-	1.200,00
Auxílio Fotocopia	R\$ 150.000,00	11.566,18	43.160,00
Auxílio Financeiro	2.887.743,32	346.427,00	214.509,00
Inclusão Digital	-	174.500,00	221.800,00
TOTAL	4.317.743,32	2.341.234,28	3.863.524,53

Fontes: Relatório de Gestão/UNIFAP/2014 e Relatório de Gestão/PROEAC/2016. Quadro elaborado pelas autoras.

Vale destacar que a UNIFAP possui recursos próprios; recursos provenientes do MEC para a bolsa trabalho; e recursos provenientes de emendas parlamentares. De forma que a UNIFAP viabilizou esses recursos conforme quadros abaixo, no sentido de atender também as demandas estudantis:

BOLSA TRABALHO - RECURSOS PRÓPRIOS DA UNIFAP		
ANO	TOTAL DE BOLSAS	EXECUTADO (R\$)
2015	1459	654.241,75
2016	1887	849.613,36

Fonte: Relatório de Gestão/PROEAC/2016. Quadro elaborado pelas autoras.

BOLSA PERMANÊNCIA DO MEC		
ANO	TOTAL DE BOLSAS	EXECUTADO (R\$)
2015	521	2.422.566,00
2016	707	3.593.300,00

Fonte: Relatório de Gestão/PROEAC/2016. Quadro elaborado pelas autoras.

Nas tabelas a seguir estão demonstrados informações referente ao Censo/UNIFAP, no período compreendido entre 2014 à 2015, relacionados aos discentes contemplados com a assistência estudantil, observou-se que houve um aumento significativo de beneficiários:

TOTAL DE ALUNOS COM APOIO SOCIAL	MODALIDADES DE ENSINO				TOTAL
	PRESENCIAL		EAD		
	1º SEM.	2º SEM.	1º SEM.	2º SEM.	
ALIMENTAÇÃO	19	19	0	0	38
MORADIA	6	6	0	0	12
TRANSPORTE	55	54	0	0	109
MATERIAL DIDÁTICO	55	54	0	0	109
BOLSA TRABALHO	30	29	0	0	59
BOLSA PERMANÊNCIA	5	4	0		9
TOTAL GERAL					336

Fonte: Relatório Censo-UNIFAP/ 2014. Quadro elaborado pelas autoras.

TOTAL DE ALUNOS COM APOIO SOCIAL	MODALIDADES DE ENSINO				TOTAL
	PRESENCIAL		EAD		
	1º SEM.	2º SEM.	1º SEM.	2º SEM.	
ALIMENTAÇÃO	803	791	0	0	1.594
MORADIA	92	89	0	0	181
TRANSPORTE	785	776	1	1	1.561
MATERIAL DIDÁTICO	886	873	0	0	1.759
BOLSA TRABALHO	148	144	0	0	292
BOLSA PERMANÊNCIA	270	265	0		535
TOTAL GERAL					5.922

Fonte: Relatório Censo-UNIFAP/ 2015. Quadro elaborado pelas autoras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O combate às desigualdades sociais e regionais através da democratização da educação superior é resultado de intensas lutas sociais provenientes dos movimentos estudantis e pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). São entidades engajadas na luta por uma assistência estudantil como direito social e como política pública.

A partir da expansão e reestruturação do ensino superior, promovidos pelo REUNI, é que a AE começa a ganhar espaço e notoriedade, avançando para se tornar uma política pública na perspectiva do direito social com a implantação do PNAES como documento essencial para a construção das políticas de assistência aos estudantes de graduação, apontando como potencialidades do programa de AE, no sentido de democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, reduzir as taxas de retenção e evasão, contribuir para a promoção da inclusão social pela educação, bem como preparar, através do programa monitoria, a inserção no mercado de trabalho e promoção de iniciação científica.

Nesse contexto, observou-se que a Universidade Federal do Amapá vem crescendo significativamente com a implantação de novos Campi, com a oferta de novos cursos de graduação e o aumento de alunos ingressantes na Instituição, surgindo desafios a serem enfrentados, apontando como fragilidades dos programas de AE, a necessidade de uma infraestrutura adequada, o aumento no quantitativo de servidores qualificados e a ampliação na oferta de benefícios de AE com o intuito de atender a demanda de novos alunos ingressantes.

Porém, é preciso atentar para o novo cenário político-econômico em que se encontra o país, haja vista ser uma fragilidade nas políticas de assistência estudantil, para que se garanta a continuidade e expansão dessa política no espaço universitário, já conquistada através de históricas lutas. Mais do que nunca, é importante que se mantenha a resistência de entidades como a UNE e o FONAPRACE diante da ofensiva que se levanta contra as universidades, e conseqüentemente contra a AE, a fim de afastar o risco de retração ou mesmo extinção desse importante programa para uma efetiva democratização da educação superior.

Desse modo, verifica-se a necessidade de readequar o gerenciamento de recursos destinados à AE por parte da UNIFAP/PROEAC, quanto as peculiaridades regionais, de forma a se garantir um atendimento mais abrangente, uma gestão mais descentralizada com a

participação dos atores envolvidos com essa política, dentre os quais se destacam os estudantes, os gestores e os colaboradores envolvidos.

Nesse sentido, sugere-se um estudo de pesquisas científicas que viabilizem programas sustentáveis para a Assistência Estudantil no âmbito da UNIFAP, como por exemplo desenvolver parcerias com empresas privadas na área de meio ambiente, mineração, petróleo, agroindústria, de forma a viabilizar verbas a serem destinadas à AE, uma vez que a UNIFAP depende de orçamentos provenientes da União.

POTENTIALITIES AND FRAGILITIES OF THE STUDENT ASSISTANCE POLICIES OF AMAPA FEDERAL UNIVERSITY – UNIFAP

ABSTRACT

This article aims to evaluate the main potentialities and weaknesses of the student assistance programs of the Federal University of Amapá (UNIFAP), considering the challenges imposed by the recent budget reduction policy for Federal Institutions of Higher Education. The present research is qualified as bibliographical and documentary, based on the analysis of several authors, among them Romanelli, Brazil, Nascimento and Tinto, which serve as a theoretical reference to elucidate the contents related to the theme of this work regarding the redemocratization of access to Higher education, student assistance programs that have contributed to minimizing evasion in the IFES. With regard to documentary research, this was done based on the analysis of documents made available on the UNIFAP website such as management reports, PDI, CENSO, in order to evaluate student assistance policies in UNIFAP, especially with regard to continuity of public policies aimed at the restructuring and expansion of Federal Universities, through the REUNI program, and Student Assistance, through the PNAES. At the end of the research, there was a need to readjust the resources allocated to Student Assistance, within UNIFAP, with a view to greater comprehensiveness, as well as the implementation of decentralized management with the participation of all those involved in the process, as well as Such as the carrying out of more in-depth scientific studies aimed at making sustainable student assistance programs feasible, since the funds earmarked for these programs depend on resources coming from the Union.

Keywords: REUNI. PNAES. Evasion in Higher Education. Student assistance.

6 REFERÊNCIAS

BAGGI, Cristiane A. S.; LOPES, Doraci, A. L. **Evasão e avaliação institucional no ensino superior:** uma discussão bibliográfica. *Avaliação*, Campinas, v.16, n.2, p.355-374, julho, 2011.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 3 de abril de 2017.

Decreto nº 6.096 de 25 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.** Diário Oficial [da] União. Brasília, 25 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 3 de abril de 2017.

Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em 3 de abril de 2017.

Edital nº 001/2016-PROEAC/UNIFAP. Disponível em: <http://www2.unifap.br/proeac/editais/>. Acesso em: 5 de abril de 2017.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 3 de abril de 2017.

Plano de Desenvolvimento da Educação –PDE. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/index.htm>>. Acesso em: 3 abril. 2017.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. **Análise do Reuni: uma expressão da contra-reforma universitária brasileira** – 2010. 187 f. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/433.pdf>. Acesso em: 03.abr.2017.

CUNHA, A. M.; TUNES, E.; SILVA, R. R. **Evasão do curso de Química da Universidade de Brasília:** a interpretação do aluno evadido. *Química Nova*, v. 24, n.1, p. 262-280. 2001.

GODOY, A. S. **A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 4, p.65-71, jul./ago. 1995A.

MAGALHÃES, Rosélia Pinheiro de. **Assistência Estudantil e o seu papel na Permanência dos Estudantes de Graduação:** A Experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23271/23271.PDF>. Acesso em: 10FEV2017.

NASCIMENTO, C. M. **Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000.** 2013. 157 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

NEVES, Lucia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado.** Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. 202 p.

PEIXOTO, M. C. L. **Políticas para Democratização do Acesso e a Inclusão Social na Educação Superior do Brasil.** In: PAULA, M. F. C.; LAMARRA, N. F. (Org.). **Reformas e Democratização da Educação Superior no Brasil e na América Latina.** Editoria Ideias e Letras. Aparecida- SP. 2011.

Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI-2015/2019/UNIFAP. Disponível em <<http://www.unifap.br>> Acesso em 05FEV2017;

Relatório Censo/UNIFAP/2014. Disponível em <<http://www.unifap.br>> Acesso em 05FEV2017;

Relatório Censo/UNIFAP/2015. Disponível em <<http://www.unifap.br>> Acesso em 05FEV2017;

Relatórios de Gestão PROEAC/2015. Disponível em<<http://www.unifap.br>> Acesso em 05FEV2017; Acesso em 05FEV2017.

Relatórios de Gestão PROEAC/2016. Disponível em<<http://www.unifap.br>> Acesso em 05FEV2017;. Acesso em 05FEV2017.

Relatórios de Gestão UNIFAP/2014. Disponível em <<http://www.unifap.br>> Acesso em 05FEV2017;. Acesso em 05FEV2017.

Relatórios de Gestão UNIFAP/2015. Disponível em <<http://www.unifap.br>> Acesso em 05FEV2017; Acesso em 05FEV2017.

Relatórios de Gestão UNIFAP/2016. Disponível em <<http://www.unifap.br>> Acesso em 05FEV2017; Acesso em 05FEV2017.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 34 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 265 p.

SANTOS, F. F. F.; NORONHA, A. B.. **Estudo do perfil dos alunos evadidos da Faculdade de Economia, administração e contabilidade** – Campus Ribeirão Preto. V SemeAd - Seminários de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, São Paulo. 2001

TINTO, V. **Etapas de saída do estudante: reflexões sobre o caráter longitudinal do aluno saindo**. *Jornal de Ensino Superior*. , vol. 59, n. 4, p. 438-455, 1975.

TINTO, V. **Aulas com Comunidades: Explorando o Caráter Educacional da Persistência do Aluno**. *Jornal de Ensino Superior*. v. 68, n. 6, p. 599-624, 1997.

TONTINI, Gérson; WALTER, Silvana. **Pode-se identificar a propensão e reduzir a evasão de alunos? Ações estratégicas e resultados táticos para instituições de ensino superior**. *Avaliação, Campinas*, v. 19, n. 1, p. 89 110, março. 2014.